

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
(Lei 14.133/2021)
Registro de Preços

CPA nº 2025/9575

1. OBJETO

- 1.1. Sistema de Registro de Preços para aquisição de Projetores Multimídia, Telas de projeção, Caixas de som amplificadas, Microfones sem fio, Mesas de som com 10 canais, Interface digitalizadora para gravação de áudio e cabos diversos a serem distribuídos para as Unidades Judiciais e Administrativas do Tribunal de Justiça em qualquer município do Estado de São Paulo.

2. ÓRGÃOS PARTICIPANTES

- 2.1. Não será realizado o procedimento de Intenção de Registro de Preços, tampouco será permitida a adesão à ata de registro de preços por outros órgãos. Tal medida se justifica pela inexistência, no âmbito do Tribunal de Justiça, de estrutura destinada ao controle e monitoramento para o gerenciamento de Atas;
- 2.2. Esta licitação será gerenciada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e terá como participantes os seguintes órgãos:

CNPJ	ÓRGÃO
06.302.492/0001-56	TRESP - Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo
50.290.931/0001-40	TCESP - Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

- 2.3. Os locais de entrega e as quantidades relativas aos órgãos participantes estão informados no **Anexo I-D** (TRE-SP), **Anexo I-E** (TCESP) e **Anexo I-F** (Modelo de Proposta);
- 2.4. Após a homologação do certame, serão firmadas Atas de Registro de Preços individuais para cada órgão;
- 2.4.1. Cada órgão terá sua equipe de gestão e fiscalização dos contratos.
- 2.5. As cláusulas, valores, e prazos definidos neste Termo de Referência aplicam-se também aos órgãos participantes, podendo haver adequações na dinâmica

de contratações e faturamento, mediante concordância da DETENTORA/CONTRATADA:

- 2.5.1.** Quando da assinatura das respectivas Atas, os órgãos participantes adequarão as atribuições, em especial quanto aos(às) responsáveis pela gestão e pelo ateste das respectivas notas fiscais, de acordo com seus(suas) responsáveis internos.

3. DEFINIÇÃO DO OBJETO (alínea “a”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

3.1. Natureza do Objeto

A natureza do objeto a ser contratado é aquisição de materiais permanentes, novos e sem uso anterior, com características e padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

3.2. Aquisição de itens de luxo (art. 20 da Lei nº 14.133)

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

3.3. Quantitativo (art. 82, inc. I, II e IV da Lei nº 14.133):

Lote	Item	Código	Descrição resumida	Qtd máxima TJSP	Qtd máxima TRE-SP	Qtd máxima TCE-SP	Qtde. Máxima total
1	1	48.0281	Projetor Multimídia	100	10	30	140
	2	48.0209	Tela de projeção 1,80 X 1,80 metros	100	10	30	140
2	3	48.0279	Caixa de Som amplificada (ativa)	250	10	30	290
	4	48.0251	Microfone sem fio	250	20	30	300
3	5	48.0499	Mesa de som com 10 canais	250	0	5	255
	6	48.0492	Interface digitalizadora para gravação de áudio	250	0	0	250
	7	48.0493	Cabo XLR macho x XLR fêmea balanceado profissional com 3 metros	250	0	0	250
	8	48.0494	Cabo XLR macho x XLR fêmea balanceado profissional com 5 metros	250	0	0	250
	9	48.0495	Cabo XLR macho x XLR fêmea balanceado profissional com 10 metros	250	0	0	250
	10	48.0496	Cabo XLR macho x XLR fêmea balanceado profissional com 20 metros	250	0	0	250

	12	48.0497	Cabo de microfone P10 estéreo para XLR macho com 3 metros	250	0	0	250
	13	48.0498	Cabo de microfone XLR fêmea para P10 estéreo com 3 metros	250	0	0	250

- 3.3.1.** A quantidade total indicada no quadro é a quantidade **máxima** que poderá ser adquirida durante a vigência das Atas de Registro de Preços;
- 3.3.2.** O licitante **não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo** previsto no edital, obrigando-se no limite dela;
- 3.3.3.** As quantidades indicadas para registro são estimadas, calculadas com base em histórico de fornecimento e em expectativa de necessidade futura e comparativo com outros materiais do mesmo segmento, contendo margem que permita a absorção de eventuais alterações na estimativa ao longo da vigência da Ata;
- 3.3.4.** Nos termos do art. 83, da Lei nº 14.133/2021, a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.
- 3.4. Aplicação da cota de até 25% para ME/EPP** (inciso III, art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006)
- 3.4.1.** Tendo em vista a logística de entrega direta nas unidades administrativas prevista nesta contratação, a atribuição de cota para participação exclusiva de micro e pequenas empresas pode trazer prejuízo ao ganho de escala, em especial relativo aos custos de distribuição;
- 3.4.2.** Portanto, nos termos do art. 49, inc. III da Lei Complementar Federal nº 123/2006 atualizada, entende-se não ser aplicável a atribuição de cota de participação exclusiva prevista no art. 48, inc. III da referida Lei.
- 3.5. Dos preços** (inc. III e VI, art. 82 da Lei nº 14133/2021)
- 3.5.1.** O preço cotado pelas licitantes será único para entrega em qualquer município do Estado de São Paulo (**Anexo I-B** - Mapa das Regiões Administrativas, **Anexo I-C** - Locais de Entrega TJSP, **Anexo I-D** - Locais de Entrega TRE-SP e **Anexo I-E** – Local de Entrega TCESP) e deverá incluir frete e demais despesas;

3.5.2. Considerando o serviço de logística incluso para entrega direta em cada unidade administrativa, não serão admitidos preços diferentes em razão de localização, forma e local de acondicionamento, tamanho do lote, ou quaisquer outros motivos;

3.5.3. Para licitantes sediados no Estado de São Paulo, os preços ofertados deverão ser considerados sem a aplicação do ICMS, nos termos do edital:

3.5.3.1. Se a licitante vencedora da licitação for sediada no Estado de São Paulo, deverá preencher planilha para recomposição dos preços relativos ao TRE-SP, considerando as alíquotas do ICMS aplicáveis, conforme quadro constante no **Anexo I-F** – Modelo de Proposta, tendo em vista tratar-se de órgão da esfera Federal, que não faz jus à isenção prevista no art. 55, Anexo I do RICMS/SP.

3.5.4. Os preços registrados em ata poderão ser revistos, mediante provocação da parte interessada, desde que ocorram fatos geradores de desequilíbrio econômico-financeiro. A revisão de preços somente será apreciada mediante justificativa detalhada que confirme a necessidade de ajuste de preço.

3.6. Das propostas

3.6.1. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias;

3.6.2. A licitante poderá indicar até 3 (três) marcas para Registro de Preços:

3.6.2.1. Todas as marcas indicadas deverão atender às especificações e exigências constantes do Edital e seus Anexos;

3.6.2.2. Nos termos do art. 41, inc. III da Lei nº 14.133/2021, poderá ser vedada a contratação de marca ou produto, quando, mediante processo administrativo, restar comprovado que produtos adquiridos e utilizados anteriormente pela Administração não atendem a requisitos indispensáveis ao pleno adimplemento da obrigação contratual.

3.6.3. Quando solicitado pelo pregoeiro, a licitante deverá apresentar a proposta conforme **Anexo I-F** – Modelo de Proposta.

3.7. Prazo da Ata de Registro de Preços

3.7.1. O prazo de vigência das atas de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do Artigo 84, da Lei Federal nº 14.133/2021:

3.7.1.1. As atas de registro de preços serão publicadas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no prazo estabelecido no art. 94, inc. I da Lei nº 14.133/2021, considerando-se ainda o constante no §1º do mesmo artigo, se o caso.

3.7.2. As quantidades das parcelas serão definidas e solicitadas durante a vigência da ata de registro de preços, considerando a necessidade e disponibilidade orçamentária;

3.7.3. Em caso de prorrogação da vigência da ata, será observado o que segue:

3.7.3.1. Os preços registrados poderão ser reajustados com base na variação mensal acumulada do IPC/FIPE (Índice de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), exceto para o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, que adotará o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ocorrida no período de 12 (doze) meses anteriores à data do orçamento estimado.

3.7.4. Nos termos do Provimento CSM nº 100/2024, art. 28, §3º, as quantidades registradas serão renovadas para o período de vigência prorrogado.

3.8. Prazo do Contrato (art. 84 da Lei 14.133/2021)

3.8.1. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão vigência de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da assinatura pela DETENTORA/CONTRATADA.

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (alínea “b”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

4.1. Os itens fazem parte do rol de materiais fornecidos pelo Almoxarifado Central, para atendimento às necessidades das Unidades Administrativas e Judiciárias do TJSP, da Capital e do Interior do Estado, bem como, substituições e inaugurações;

4.2. A fundamentação completa da contratação está descrita no Estudo Técnico Preliminar que será publicado juntamente com o Edital de Licitação, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (alínea “c”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

- 5.1. As especificações técnicas e complementares dos itens estão definidas no **Anexo I-A** – Especificação Técnica Som e Imagem.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (alínea “d”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

6.1. Sustentabilidade:

- 6.1.1. Esta contratação observará em todas as fases do procedimento licitatório as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental;
- 6.1.2. Todos os produtos ofertados deverão obedecer a legislação vigente aplicável a cada categoria.

6.2. Especificação da Garantia Complementar (inc. III, § 1º, art. 40, da Lei nº 14.133/2021)

- 6.2.1. O prazo da **garantia legal de 3 (três) meses** previsto no Código de Defesa do Consumidor – CDC terá início a partir do ateste definitivo da nota fiscal;
- 6.2.2. Será exigida **garantia complementar pelo prazo de 9 (nove) meses**, a qual se iniciará automática e imediatamente após o encerramento do prazo de garantia legal, de forma contínua e sem interrupções, **totalizando 12 (doze) meses de garantia**;
- 6.2.3. Justifica-se a exigência de garantia complementar em razão do valor e da quantidade dos equipamentos, bem como da natureza do bem, caracterizado como equipamento eletroeletrônico de uso contínuo, em consonância com as práticas usuais de mercado, sem prejuízo à competitividade, e com o objetivo de mitigar o risco de gastos prematuros com falhas e defeitos de fabricação.

6.3. Suporte técnico

- 6.3.1. A Assistência Técnica, durante a garantia poderá ser nas seguintes formas: “balcão”, “logística reversa” e “no local de instalação”.
- 6.3.1.1. **“Balcão”**: a licitante deverá indicar, no **Anexo I-G** - Termo de Garantia, os itens que serão atendidos por essa modalidade e apresentar o SAC ou Assistência Técnica, com nome, endereço, e-mail e telefone, devendo informar pelo menos uma assistência em cada Região Administrativa. As Regiões estão relacionadas no **Anexo I-B** - Mapa das Regiões Administrativas:

- a) Caso seja verificado no site ou SAC da marca fabricante do produto que há uma assistência técnica mais próxima, diferente da informada pela licitante, esta assistência poderá ser acionada, desde que o período decorrido esteja dentro do prazo de garantia oferecido pelo fabricante.

6.3.1.2. “Logística reversa”: a licitante deverá indicar, no **Anexo I-G** - Termo de Garantia, os itens que serão atendidos por essa modalidade e apresentar o SAC ou Assistência Técnica, com nome, endereço, e-mail e telefone, que atenderá cada Região Administrativa indicada (**Anexo I-B** - Mapa Regiões Administrativas), e coletará o objeto:

- a) A coleta poderá ser feita pela Assistência Técnica, transportadora ou qualquer outro meio informado pela DETENTORA/CONTRATADA, com prévio agendamento;
- b) Todas as despesas de coleta e retorno do objeto serão de responsabilidade da DETENTORA/CONTRATADA.

6.3.1.3. “No local de instalação”: a licitante deverá indicar, no **Anexo I-G** - Termo de Garantia, os itens que serão atendidos por essa modalidade e apresentar o SAC ou Assistência Técnica, com nome, endereço, e-mail e telefone, que atenderá cada Região Administrativa indicada (**Anexo I-B** - Mapa das Regiões Administrativas):

- a) Se a Assistência Técnica indicada for a mesma para todas as regiões, preencher somente o primeiro quadro do **Anexo I-G**, “PARA TODAS AS REGIÕES”;
- b) A assistência deverá ser realizada no local onde o objeto estiver instalado, com prévio agendamento.

6.3.2. Deverão ser preenchidos anexos para cada lote/grupo de itens atendidos pelas assistências técnicas indicadas;

6.3.3. A licitante poderá indicar mais de uma Assistência Técnica para a mesma Região Administrativa Judiciária;

6.3.4. Se o objeto for de fabricante com ampla rede de Assistências Técnicas, o **Anexo I-G** poderá ser substituído pelo manual ou catálogo da rede de Assistências Técnicas, desde que atenda as solicitações da forma de assistência indicada;

6.3.5. Caso a Assistência Técnica indicada não seja localizada no momento do seu acionamento, a DETENTORA/CONTRATADA será notificada e terá 48 (quarenta e oito) horas para apresentar uma nova Assistência Técnica;

- 6.3.6.** Caso o material apresente defeito de fabricação durante o prazo de garantia, a DETENTORA/CONTRATADA ou sua Assistência Técnica deverá providenciar o reparo ou troca sem qualquer ônus para o Contratante, de acordo com a forma de assistência escolhida, no prazo de até 20 (vinte) dias corridos a contar da solicitação do Fiscal do Contrato.

6.4. Amostra/exame de conformidade/prova de conceito

- 6.4.1.** Como se trata de equipamentos não confeccionados sob medida, disponibilizados amplamente no mercado e com suas características técnicas suficientemente descritas em catálogo, não há a necessidade de amostras. Desta forma, os itens serão avaliados durante etapa do Pregão por Catálogo do fabricante ou outro documento equivalente.

6.5. Outros requisitos

- 6.5.1.** As marcas indicadas deverão atender às especificações e exigências constantes neste Termo de Referência e seus Anexos.

7. LOCAIS DE ENTREGA

- 7.1.** As entregas deverão ser feitas diretamente nos locais e nas quantidades a serem informados quando da assinatura do Contrato, podendo ser em qualquer município do Estado de São Paulo (**Anexo I-B** - Mapa das Regiões Administrativas, **Anexo I-C** - Locais de Entrega TJSP, **Anexo I-D** - Locais de Entrega TRE-SP e **Anexo I-E** – Local de Entrega TCESP):
- 7.1.1.** Na formalização de cada solicitação de entrega serão disponibilizados os anexos de locais de entrega atualizados, respeitando os limites determinados no **Anexo I-B** – Mapa das Regiões Administrativas;
- 7.1.2.** Nas Comarcas que possuem mais de um imóvel, a entrega poderá ser em qualquer um deles, conforme os Anexos de Locais de Entrega. A DETENTORA/CONTRATADA deverá verificar no momento do agendamento o local correto de entrega dos itens.

8. PRAZO DE INÍCIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS/FORNECIMENTO

- 8.1.** Os materiais deverão ser entregues no prazo de até 40 (quarenta) dias corridos contados a partir do recebimento da ordem de entrega do objeto:
- 8.1.1.** Poderá ser concedido prazo adicional de até 30 (trinta) dias para finalização das entregas, condicionado a solicitação prévia formalizada pela DETENTORA/CONTRATADA, que deverá ser embasada em

documentos e/ou justificativas que comprovem a necessidade. A solicitação poderá ser concedida ou não, conforme avaliação do Gestor(a).

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (alínea “e”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

- 9.1.** A DETENTORA/CONTRATADA deverá agendar previamente a entrega com as unidades administrativas, correndo por sua conta todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes do fornecimento;
- 9.2.** A DETENTORA/CONTRATADA deverá efetuar a entrega de acordo com as especificações deste Termo de Referência e seus anexos;
- 9.3.** Os produtos deverão ser embalados individualmente, devendo a embalagem proporcionar proteção adequada durante o transporte e a estocagem, garantindo sua integridade;
- 9.4.** Cada item deverá vir acompanhado de manual de instruções em português, contendo: forma de manuseio, instruções básicas de funcionamento e montagem/instalação, bem como advertências de uso e conservação;
- 9.5.** Caso haja necessidade, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, de substituição de alguma das marcas registradas, a DETENTORA/CONTRATADA deverá encaminhar solicitação e justificativas à Equipe de Gestão:
 - 9.5.1.** Poderá ser solicitada complementação das justificativas e documentação apresentadas pela DETENTORA/CONTRATADA sempre que necessário;
 - 9.5.2.** A Equipe de Gestão verificará se as novas marcas ofertadas atendem à especificação técnica e legislação competente, se o caso, conforme previsto no Edital e seus Anexos;
 - 9.5.3.** Aprovadas as novas marcas, a Equipe de Gestão notificará a DETENTORA/CONTRATADA e encaminhará à Diretora de Contratos o parecer para o respectivo apostilamento ou aditamento contratual.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (alínea “f”, inc. XIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

10.1. Área administrativas e/ou técnicas

- 10.1.1.** A gestão das atas de registro de preços e respectivos contratos será exercida por servidor(a), e seu(sua) respectivo(a) suplente, lotados(as)

na Coordenadoria de Distribuição de Materiais Permanentes, designados(as) pela E. Presidência do TJSP, sendo auxiliados(as) por uma Equipe de Gestão;

10.1.1.1. O(a) gestor(a) designará os(as) Fiscais Administrativo e do Contrato, e seus respectivos suplentes, notificando-os de suas designações e atribuições previstas nos artigos 76 e 77 do Provimento nº 2.724/2023;

10.1.1.2. A Equipe de Gestão será composta pelo Gestor(a), pelos(as) Fiscais e seus respectivos suplentes e demais servidores das seções de acompanhamento, se o caso;

10.1.1.3. A Equipe de Gestão efetuará a indicação de pedidos de parcela para emissão dos Contratos e acompanhará os saldos remanescentes da Ata.

10.1.2. Os(as) responsáveis pelas unidades administrativas, e os(as) servidores(as) por eles(elas) indicados(as) exercerão as seguintes funções:

10.1.2.1. Verificação dos itens necessários para novas instalações e/ou reposições, em quantidades suficientes para atendimento à demanda das unidades de trabalho, atendimento ao público externo e devida conservação da infraestrutura predial;

10.1.2.2. Inclusão de pedidos por meio de sistema informatizado interno do TJSP (SAJADM, módulo SPD, Pedido de Material Permanente);

10.1.2.3. Recebimentos Provisório, conforme disposições constantes neste Termo de Referência.

10.1.3. A gestão e a fiscalização da ata de registro de preços serão exercidas nos termos o Provimento CSM nº 2.724/2023 e observarão o cumprimento das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços e nos respectivos Contratos;

10.1.4. Equipe de gestão indicada:

SETOR	NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO
GESTOR(A)			
SAAB 5.3	Maria Aparecida Lúcio	110.718	Gestora
SAAB 5.3.1	Osmair Gustavo Freitas Boy	130.513	Suplente
FISCAL ADMINISTRATIVO			
SAAB 5.3.1.1	Elizabete Ferragut Rodrigues	378.337	Fiscal Administrativo
SAAB 5.3.1.1	Marco Antônio Mayer Braga	371.033	Suplente
FISCAL DO CONTRATO			

SAAB 5.3	Henrique da Silva Filho	311.427	Fiscal do Contrato
SAAB 5.3	Suzete Caraça	314.690	Suplente

- 10.1.5.** O(s) órgão(s) participante(s), se houver, indicará(ão) sua equipe de gestão e fiscalização diretamente à DETENTORA/CONTRATADA quando da assinatura de sua(s) respectiva(s) Ata(s), considerando seus normativos internos.

10.2. Protocolo de comunicação

- 10.2.1.** As comunicações serão efetuadas preferencialmente por meio eletrônico, observados os prazos estabelecidos no art. 130 do Provimento CSM nº 2.724/2023:

- 10.2.1.1.** Além do e-mail do representante legal indicado na ata de registro de preços, a DETENTORA/CONTRATADA deverá indicar à Equipe de Gestão os telefones, e-mails e responsáveis pelo atendimento;

- 10.2.1.2.** Os contatos efetuados por telefone terão a finalidade de agilizar a resolução de problemas pontuais que requeiram atuação imediata, devendo sempre que possível ser formalizados posteriormente por e-mail;

- 10.2.1.3.** As reuniões entre a Equipe de Gestão e os(as) representantes das DETENTORAS/CONTRATADAS serão realizadas preferencialmente pelo aplicativo MS Teams, com gravação e posterior envio da memória de reunião por e-mail.

10.3. Recebimento Provisório

- 10.3.1.** O recebimento provisório será efetuado pela Unidade Administrativa recebedora do material, que encaminhará cópia da DANFE recebida à Equipe de Gestão (almox.gestao@tjsp.jus.br), no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da entrega dos produtos:

- 10.3.1.1.** Quando do recebimento do material, a Unidade Administrativa efetuará a conferência visual, verificando se o item está de acordo com as especificações constantes deste Anexo, do respectivo Contrato e da Ata de Registro de Preços;

- 10.3.1.2.** Caso a Unidade Administrativa tenha dúvidas quando do recebimento, poderá entrar em contato com a equipe de gestão (almox.gestao@tjsp.jus.br);

- 10.3.1.3.** Caso sejam constatadas irregularidades na entrega, o(a) responsável pelo recebimento poderá rejeitar o objeto, no

todo ou em parte, determinando sua substituição ou complementação no mesmo local de entrega, sem qualquer ônus para a DETENTORA/CONTRATADA, estabelecendo prazo compatível para atendimento a contar do recebimento da notificação;

- 10.3.1.4.** A Unidade Administrativa somente efetuará o ateste provisório da Nota Fiscal após o recebimento e conferência de todos os itens nela constantes.

10.4. Recebimento Definitivo

- 10.4.1.** O recebimento definitivo será efetuado pelo(a) Fiscal de Contrato em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório;

- 10.4.1.1.** O(a) Fiscal do Contrato efetuará a verificação do atendimento às obrigações contratuais e a conferência da nota fiscal, notificando a DETENTORA/CONTRATADA em caso de necessidade de correções;

- 10.4.1.2.** A Nota Fiscal/Fatura será atestada definitivamente (atesto eletrônico) e encaminhada à SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças em até 3 (três) dias úteis após o Recebimento Definitivo:

- a)** Caso haja alguma informação incorreta na Nota Fiscal/Fatura que necessite de correção, o documento será devolvido à DETENTORA/CONTRATADA que deverá fazer as correções necessárias, reiniciando os prazos informados nos itens 10.4.1. e 10.4.1.2.

10.5. Condições de pagamento

- 10.5.1.** A DETENTORA/CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura com indicação da agência e conta corrente no Banco do Brasil S.A. para pagamento das respectivas notas de empenho;

- 10.5.2.** A Nota Fiscal/Fatura será atestada definitivamente (atesto eletrônico) em até 3 (três) dias úteis após o Recebimento Definitivo:

- 10.5.2.1.** A Nota Fiscal/Fatura deverá ser encaminhada à SOF em 01 (um) dia útil contado do ateste definitivo.

- 10.5.3.** Nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, em caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento;

10.5.4. Os documentos serão enviados por meio eletrônico, ficando a critério do(a) Fiscal do Contrato solicitar a complementação ou esclarecimento de informações, conforme necessário:

10.5.4.1. A DETENTORA/CONTRATADA será comunicada para correção da Nota Fiscal/Fatura, com os devidos apontamentos, caso necessário;

10.5.4.2. A solicitação de correções em hipótese alguma servirá de pretexto para que a DETENTORA/CONTRATADA suspenda o fornecimento.

10.5.5. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do ateste definitivo da Nota Fiscal/Fatura pelo(a) Fiscal de Contrato.

10.6. Acordo de nível de serviço

10.6.1. Não se aplica, em razão do objeto a ser contratado não se tratar de serviço.

10.7. Manutenção das condições de habilitação e qualificação durante a execução contratual

10.7.1. A DETENTORA/CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preços a compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.7.2. Semestralmente, a Equipe de Gestão solicitará à DETENTORA/CONTRATADA, a apresentação dos documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação e qualificação;

10.7.2.1. Caso haja necessidade, a Equipe de Gestão poderá solicitar o auxílio do Grupo de Pregoeiros e Agentes de Contratação (GPAC) para análise da documentação apresentada.

10.8. Hipótese de glosa

10.8.1. Nos termos previstos no item 10.5.3, em caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela em discussão será objeto de glosa;

10.8.1.1. Quando da comprovação ou cumprimento de exigência que comprove a resolução da controvérsia, a parcela glosada será liberada para pagamento.

10.8.2. As multas aplicadas, após o devido procedimento apuratório, poderão ser descontadas de pagamentos eventualmente devidos à DETENTORA/CONTRATADA.

10.9. Sanções Administrativas (Multa)

10.9.1. Especificamente para esta contratação serão adotados os seguintes percentuais de multa a serem aplicadas na hipótese de descumprimento contratual:

Descrição	Base de Cálculo	Empresa enquadrada como ME/EPP	Empresa não enquadrada como ME/EPP
Atraso injustificado de até 30 dias na entrega dos produtos ou na assistência técnica de produto em período de garantia	100% do valor da entrega em atraso ou do valor de compra do bem em garantia	0,25% ao dia sobre a base de cálculo (máximo de 7,5% em 30 dias)	0,5% ao dia sobre a base de cálculo (máximo de 15% em 30 dias)
Atraso injustificado superior a 30 dias na entrega dos produtos ou na assistência técnica de produto em período de garantia	100% do valor da entrega em atraso ou do valor de compra do bem em garantia	15% de multa sobre a base de cálculo	20% de multa sobre a base de cálculo
Inexecução da entrega ou na assistência técnica de produto em período de garantia	100% do valor das mercadorias não entregues ou do valor de compra do bem em garantia	25% de multa sobre a base de cálculo	30% de multa sobre a base de cálculo

10.9.2. Nos casos em que não for possível mensurar o valor individual da obrigação descumprida, incidirá multa de 0,5% até 4% sobre o valor estabelecido no inciso II, do artigo 75, da Lei nº 14.133/2021, a ser arbitrado a depender da gravidade da infração, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade;

10.9.3. Caso o cálculo das multas, efetuado na forma do edital ou do contrato, resulte em percentual inferior a 0,5% ou superior a 30% do valor total do contrato, o valor final da multa observará esses percentuais, nos termos do art. 156, §3º da Lei 14.133/2025;

10.9.4. A aplicação das multas acima indicadas não exclui a aplicação de outras sanções previstas no Edital, na Ata de Registro de Preços e na legislação aplicável;

10.9.5. A aplicação das sanções será apurada mediante a instauração de processo administrativo apuratório, no qual serão garantidos à DETENTORA/CONTRATADA os direitos de defesa prévia e de recurso;

10.9.6. Esgotadas as possibilidades administrativas, a cobrança da multa será efetuada judicialmente.

10.10. Extinção do contrato (art. 137 da Lei nº 14.133/2021)

- 10.10.1.** A extinção do contrato obedecerá aos preceitos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, especialmente nos termos dos artigos 137 e seguintes, garantindo a observância rigorosa dos dispositivos legais pertinentes;
- 10.10.2.** As hipóteses de cancelamento da Ata de Registro de Preços estão previstas no Provimento nº 100/2024;
- 10.10.3.** Em caso de cancelamento da ata de registro de preços, será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de fornecimento remanescente, nos termos do art. 90, §7º da Lei nº 14.133/2021.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (alínea “h”, inc. XIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

- 11.1.** Nos termos dos artigos 6º, inc. XLV e 82 inc. V da Lei nº 14.133/2021, o fornecedor será selecionado por meio de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço**.

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (alínea “i”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

- 12.1.** A estimativa do valor da contratação é de R\$ 2.611.747,00 (dois milhões seiscentos e onze mil setecentos e quarenta e sete reais).

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (alínea “j”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

- 13.1.** A adequação orçamentária está demonstrada no item 16.8 do Edital.

14. PRESTAÇÃO DE GARANTIA NA CONTRATAÇÃO (art. 96 da Lei nº 14.133/2021)

- 14.1.** Tendo em vista que o art. 96 da Lei nº 14.133/2021 versa sobre garantia nas contratações, entende-se não ser aplicável a exigência de garantia de ata de registro de preços, uma vez que a Administração não está obrigada a contratar, nos termos do art. 83 da Lei nº 14.133/2021;
- 14.2.** Além disso, a exigência da garantia (caução) na ARP poderia refletir em aumento dos preços ofertados, em valores desproporcionais às efetivas contratações decorrentes da Ata, uma vez que não é possível estabelecer de antemão uma base de cálculo exata.

15. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (art. 67 da Lei nº 14.133/2021)

15.1. Qualificação Técnico-Operacional (inc. II, art. 67 da Lei nº 14.133/2021)

15.1.1. Para comprovação da qualificação técnico-operacional, deverão ser apresentados:

15.1.1.1. Atestado(s) passado(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) ter o licitante executado ou estar executando a contento, o fornecimento de itens nas quantidades a seguir indicadas:

LOTE	Descrição	Quantidade total de itens a registrar	Quantidade exigida de atestados	%
1	Equipamentos de projeção	280	62	22,14
2	Equipamentos de sonorização	590	173	29,32
3	Equipamentos de áudio/gravação	2005	126	6,28

15.1.1.2. Declaração, conforme **Anexo I-H**.

16. OBRIGAÇÕES DA DETENTORA/CONTRATADA E DO CONTRATANTE

16.1. A DETENTORA/CONTRATADA obriga-se a:

- 16.1.1.** Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação exigidas neste Termo de Referência;
- 16.1.2.** Arcar com todos os ônus fiscais, previdenciários, sociais, trabalhistas e securitários, resultantes deste Registro de Preço, além de outros que, direta ou indiretamente, sob qualquer título ou fundamento, mantenham vinculação com a realização do fornecimento, objeto deste ajuste;
- 16.1.3.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da Ata de Registro de Preço;
- 16.1.4.** Comunicar à Equipe de Gestão, com antecedência, caso ocorra qualquer fato que impossibilite o cumprimento das cláusulas contratuais dentro dos prazos previstos;

- 16.1.5.** Fornecer o objeto em condições adequadas de uso e nos prazos definidos;
 - 16.1.6.** Efetuar as entregas até a capacidade de fornecimento declarada na Proposta (total registrado);
 - 16.1.7.** Suportar as obrigações de entregas em qualquer município do Estado de São Paulo, respeitados os prazos estabelecidos neste Termo de Referência;
 - 16.1.8.** Suportar as despesas inerentes à logística, transporte, tributos, seguros de equipamentos, materiais e pessoal, inclusive de hospedagem e alimentação se houver;
 - 16.1.9.** Zelar para que seus(suas) representantes, que terão acesso ao local de entrega, estejam uniformizados e devidamente identificados;
 - 16.1.10.** Efetuar a reposição de qualquer material danificado durante o processo de logística, entrega e assistência técnica, obedecendo sempre às especificações originais;
 - 16.1.11.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitados pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, conforme item 10.2.
- 16.2.** O CONTRATANTE obriga-se a:
- 16.2.1.** Cumprir o prazo fixado para realização do pagamento;
 - 16.2.2.** Comunicar à DETENTORA/CONTRATADA sobre qualquer irregularidade no fornecimento dos produtos;
 - 16.2.3.** Prestar à DETENTORA/CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários à execução do objeto da Ata de Registro de Preços;
 - 16.2.4.** Supervisionar o desenvolvimento dos trabalhos, sem prejuízo das responsabilidades da DETENTORA/CONTRATADA;
 - 16.2.5.** Permitir amplo e livre acesso às localidades para entrega dos bens, observando as normas internas de segurança.

17. MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCO (arts. 22 e 103 da Lei nº 14.133/2021)

- 17.1.** Considerando o Plano de Riscos elaborado para esta contratação, não foi identificada a necessidade de inclusão de Matriz de Alocação de Riscos neste Termo de Referência.